



**CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS**  
**ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS**  
**DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS REALIZADA NOS DIAS 14 E 15 DE**  
**MAIO DE 2015**

1 Nos dias 14 e 15 de maio de 2015 realizou-se a 5ª Reunião Ordinária do Conselho  
2 Nacional dos Direitos Humanos, gestão 2014-2016, na Sala Plenária do 10º andar da  
3 Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em Brasília/DF, com os  
4 seguintes pontos de pauta: 1ª) Aprovação da Ata da 3ª e 4ª Reunião Ordinária; 2º)  
5 informes; 3º) Aprovação do Regimento Interno do CNDH; 4º) Comissões e GTs; 5º)  
6 Apresentações e diálogo com o Ministro da Pepe Vargas; 6º) 12ª Conferência Nacional  
7 dos Direitos Humanos; 6º) Violações dos Direitos Humanos dos Professores no Paraná;  
8 7º) Caso Verônica Bolina; e 8º) Redução da Maioridade Penal. Estiveram presentes na  
9 Reunião os conselheiros e conselheiras representantes da sociedade civil e do poder  
10 público. **Representantes da sociedade civil presentes:** **Ivana Farina Navarrete Pena**  
11 (Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da  
12 União - CNPG, titular); **Cristian Trindade Ribas** (Coletivo Nacional de Juventude  
13 Negra - ENEGRECER, titular); **Everaldo Bezerra Patriota** (Ordem dos Advogados do  
14 Brasil - OAB); **Carlos Magno Silva Fonseca** (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays,  
15 Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT) **Adelar Cupsinski** (Conselho  
16 Indigenista Missionário - CIMI, titular); **Helena Martins do Rêgo Barreto** (Intervezes  
17 - Coletivo Brasil de Comunicação Social, titular); **Leonildo José Monteiro Filho**  
18 (Movimento Nacional da População de Rua - MNPR, titular); **Rildo Marques de**  
19 **Oliveira** (Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH, titular); **Darci Frigo**  
20 (Plataforma de Direitos Humanos - Dhesca Brasil, titular); **Maria Dirlene Trindade**  
21 **Marques** (Rede Nacional Feminista de Saúde Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos,  
22 RNFS, titular); **Vera Paiva** (Conselho Federal de Psicologia – CFP, titular).  
23 **Representantes do poder público presentes:** **Pepe Vargas** (Ministro de Estado Chefe  
24 da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, titular);  
25 **Luciana Lóssio** (Entidade de Magistrado, Conselho Nacional de Justiça, titular);  
26 **Alexandre Peña Ghisleni** (Ministério das Relações Exteriores – MRE, titular); **Pedro**  
27 **Saldanha** (Ministério das Relações Exteriores – MRE, suplente); **Gabriel de Carvalho**  
28 **Sampaio** (Ministério da Justiça – MJ, titular); **Vladimir Sampaio Soares de Lima**  
29 (Ministério da Justiça – MJ, suplente); **Ronaldo Guilherme Campos** (Polícia Federal –  
30 PF, suplente); **Claudionor Barros Leitão** (Defensoria Pública da União – DPU,  
31 suplente); **Luciano Mariz Maia** (Procuradoria Geral da República, suplente);  
32 **Wellington Pantaleão da Silva** (Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da  
33 República – SDH/PR, suplente); **Silvana Abramo** (Entidade de Magistrado, Conselho  
34 Nacional de Justiça, suplente). Estiveram presentes pela **Coordenação do CNDH:**

35 Maria Gutenara Martins Araujo (Coordenadora-Geral do CNDH), Cristiane de Castro  
36 da Cruz (assessora do CNDH), Cláudio Picanço Magalhães (assessor do CNDH),  
37 Lohana Campos (secretária do CNDH), Priscila Beatriz Gonçalves (secretária do  
38 CNDH), Anderson Silva Soares (apoio CNDH). A reunião contou também com a  
39 presença dos **Participantes:** Luana Basílio (Plataforma Dhesca); Danilo Vergani  
40 (SDH/PR); Igor Valois (PFDC-MPF); Bruna Lóssio (CNJ); Léo Mendes (CNCD-  
41 LGBT/ARTGAY); Bianca Fadel (CGFOME – MRE); Frederico Coutinho  
42 (GAB/SNPDDH); Suellen Sá (Comunidade Bahaí); Mariete F. Andrade (DPU); Dalva  
43 Eliá da Silva (SMDH); Davi S. Oliveira (DPU); Paulo Cesar Carisomar (MNDH);  
44 Enéias da Rosa (Proj. Monit. DH); Viridiana Araújo (SMDH); Josiane Gamba  
45 (CNPCT-SHDH/MNDH); Irina Karla Bacci (Ouvidora Nacional de DH - SDH/PR);  
46 Juliana Miranda (Diretora de Promoção dos DH–SNPDDH/SDH); Salete Valesan  
47 Camba (Flasco Brasil). A reunião foi aberta pelo Vice-presidente interino, **Cristian**  
48 **Ribas (Enegrecer)** que saudou a todos os conselheiros e conselheiras. Deu início a  
49 aprovação das atas da 3º e 4º Reunião Ordinária. Questionou se havia algum  
50 apontamento em relação ao conteúdo das atas aos conselheiros. Não havendo nenhum  
51 questionamento as duas atas foram aprovadas pelo Plenário. Em seguida, abriu para o  
52 segundo ponto de pauta, os informes, onde estavam previamente escritos dois tópicos,  
53 quais sejam: Fórum Interconselhos e a Plenária contra a Redução da Maioridade Penal.  
54 Sobre o Fórum Interconselhos, a conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** informou que  
55 representando o CNDH participaram os conselheiros: Leonildo Monteiro, Carlos  
56 Magno e o assessor do CNDH, Cláudio Picanço. Disse que não foi um fórum muito  
57 aberto, pois as áreas de atuação tinham sido limitadas, sendo isso muito criticado no  
58 início do evento pelos presentes. Contudo, relatou que foi um fórum enriquecedor e que  
59 viabilizou uma boa discussão. Informou que, a oficina para a construção do PPA foi  
60 dividida em grupos temáticos, mas que, dada a quantidade de representantes do CNDH,  
61 não foi possível ter uma pessoa ligadas aos direitos humanos em todos os grupos.  
62 Porém, a conselheira comunicou que houve a tentativa por parte dos conselheiros de  
63 incluir a temática dos direitos humanos nos grupos que participaram. Por fim, se  
64 disponibilizou a encaminhar o relatório geral do encontro. Complementando a fala da  
65 conselheira, o conselheiro **Carlos Magno (ABGLT)** informou que participou de um  
66 grupo sobre direitos humanos e, nesse grupo, conseguiu fazer um debate em relação ao  
67 projeto de educação em direitos humanos, onde foi colocada a necessidade de recursos e  
68 fortalecimento sobre a questão. Em seguida, corroborou que no dia antecedente a  
69 reunião havia encaminhado um e-mail com o calendário do Fórum Interconselhos nos  
70 estados para a lista dos conselheiros. Disse que seria importante que o Conselho se  
71 organizasse para participar, pois seria a continuidade do primeiro encontro e um  
72 momento para centralizar algum tipo de ação nos estados. **Leonildo Monteiro (MNPR)**  
73 informou que participou no fórum pela região Sul e também reforçou as questões  
74 colocadas pelo conselheiro Carlos Magno. A respeito do ponto de informe sobre a  
75 Plenária contra a Redução da Maioridade Penal, o Vice-presidente **Cristian Ribas**  
76 **(Enegrecer)** sugeriu de deixá-lo para o segundo o grupo de trabalho estadual. Salientou  
77 a necessidade de articulação para instalar o dia de reunião, para pauta específica sobre o  
78 tema. Em seguida abriu a reunião para demais informes. **Everaldo Patriota (OAB)**

79 informou sobre a audiência pública que participou no dia 26 de março de 2015  
80 juntamente com o Procurador da República da Paraíba, José Godoy, sobre o grupo de  
81 trabalho da Barragem de Acauã. Informou sobre a solicitação feita pelo Procurador de  
82 outra audiência pública para o dia 30 de junho de 2015, com GT estadual e se colocou à  
83 disposição para participar dessa audiência. **Luciano Mariz Maia (PGR)** disse que o  
84 procedimento de audiência pública nos ministérios públicos é um procedimento regido  
85 pelo CNMP e tem por objetivo, exatamente, a possibilidade de pessoas, vítimas ou  
86 autoridades responsáveis solicitarem diálogos e darem encaminhamentos práticos a  
87 respeito dos assuntos, sendo também do escopo do Ministério Público solicitar essa  
88 audiência. Por fim, o conselheiro se colocou à disposição para fazer um diálogo mais  
89 próximo com o Procurador José Godoy, com o intuito de que essa audiência pública  
90 seja mais eficaz. O conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)** informou sobre a situação dos  
91 estudantes angolanos relatada na reunião passada em Recife por representantes da  
92 comunidade angolana na cidade. Relatou que, após a reunião buscou informações sobre  
93 a dificuldade relatada na retirada e regularização de documentos. Informou ao Plenário  
94 que os fatos apresentados naquela reunião aconteceram devido à falta de pessoal, mas  
95 que a situação já estaria regularizada. O conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)**  
96 solicitou a inversão do ponto de pauta sobre o GT Atingidos por Barragens para aquela  
97 tarde para aproveitar a presença do conselheiro representante do MPF, Luciano Mariz  
98 Maia, que avisou anteriormente que não poderia participar da reunião no dia 15 de  
99 maio. O vice-presidente **Cristian Ribas (ENEGRECER)** perguntou ao Plenário se  
100 havia alguma objeção quanto à inversão da pauta. Não havendo contestação sobre a  
101 proposta, o vice-presidente registrou a aprovação da inversão da pauta, ficando o relato  
102 sobre o GT Atingidos por Barragens para o dia 14 de maio à tarde. A coordenadora-  
103 Geral **Maria Gutenara (CNDH /SDH)** informou sobre o convite recebido pelo CNDH  
104 enviado pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados para  
105 compor a delegação que realizará missão aos acampamentos dos povos Guarani  
106 Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, nos dias 30 e 31 de maio de 2015. Cientificou que o  
107 CDDPH já acompanhava várias questões nesse sentido e tinha uma comissão especial  
108 Guarani Kaiowá, que até então estaria desativada, sendo essa demanda o início de um  
109 trabalho, inclusive já sinalizado pelo CNDH, que foi a possibilidade de uma comissão  
110 específica para os direitos dos povos indígenas. E para, além disso, a importância de  
111 reforçar os laços com o Legislativo. O Plenário indicou para essa missão os  
112 conselheiros Cristian Ribas (ENEGRECER) e Claudionor Barros (DPU). A  
113 coordenadora-geral informou também sobre a realização, no dia 19 de maio, de Plenária  
114 na Câmara dos Deputados sobre a PEC 215. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)**  
115 se dispôs a participar da Plenária da Câmara dos Deputados representando o CNDH e,  
116 complementando a fala da coordenadora-geral, o conselheiro cientificou que a  
117 Comissão de Direitos Humanos na Câmara, presidida pelo Deputado Paulo Pimenta,  
118 está assumindo várias questões indígenas, inclusive com relação ao Mato Grosso do  
119 Sul, onde se tem uma forte atuação do Ministério Público Federal e do CNJ. Informou  
120 que quem fez a solicitação durante a ATL para a Comissão ir até Mato Grosso do Sul  
121 foram os próprios índios Guarani Kaiowá. Salientou que essa missão tem também como  
122 propósito que o Conselho articule e some com os outros conselhos e que envolva todos

123 os órgãos competentes para que comecem a apontar alternativas sobre os diversos casos  
124 das comunidades indígenas. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** deu alguns  
125 informes sobre a DPU e suas atividades. Comunicou que a Defensoria adotou a  
126 possibilidade de travestis, transexuais e transgêneros utilizarem o nome social no  
127 atendimento dos processos de assistência e na identificação dos mesmos. Informou  
128 sobre as missões da DPU nos presídios federais. Disse que Defensoria fez um  
129 requerimento ao Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária para que fosse  
130 feito o registro de todos os indígenas que estão no sistema penitenciário nacional. O  
131 conselheiro salientou também uma iniciativa feita pelo CNJ. Comunicou que a  
132 comissão de atuação penitenciária será instalada e nela há um protocolo, de iniciativa do  
133 CNJ e da Associação dos Magistrados Brasileiros para ampliar a proposta de justiça  
134 restaurativa. Informou que a DPU participou do Congresso em Doha, que discutiu a  
135 prevenção de crimes e da justiça criminal, e lá a Defensoria propôs que o Brasil  
136 protagonizasse o processo de discussão sobre a justiça restaurativa no âmbito  
137 internacional. Por fim, expressou seu lamento sobre a Ação Direita de  
138 Inconstitucionalidade da Presidência da República que questiona a autonomia concedida  
139 a Defensoria Pública da União e agradeceu o apoio do CIMI e do MNDH, que emitiram  
140 notas defendendo a autonomia da DPU. Sobre esse informe dado pelo conselheiro  
141 Claudionor Barros (DPU), o conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** trouxe como  
142 exemplo o caso do estado de Alagoas, que segundo ele, é dependente dos serviços da  
143 Defensoria. Disse que essa ADI é um retrocesso e um equívoco. Salientou que a atuação  
144 da DPU é um compromisso de civilidade e de consolidação democrática, sendo sua  
145 independência fundamental. O conselheiro sugeriu que o CNDH elaborasse uma nota,  
146 naquela reunião, lamentando essa ADI e a enviasse a cada um dos ministros do STF. A  
147 conselheira **Helena Barreto (Intervezes)** fez um adendo dizendo que justiça também é  
148 direito. Falou que é preciso contextualizar o processo de crescimento e fortalecimento  
149 da DPU nos estados. Então, essa ação estaria indo de encontro a esse processo de  
150 reconhecimento da importância da Defensoria. O vice-presidente **Cristian Ribas**  
151 **(Enegrecer)** sugeriu a elaboração e a aprovação da nota naquele dia e entrega aos  
152 ministros no dia seguinte, por uma comissão de conselheiros. As conselheiras **Ivana**  
153 **Farina (CNPJ)** e **Silvana Abramo (CNJ)** se disponibilizam em fazer a gestão da  
154 entrega da nota. A conselheira **Ivana Farina (CNPJ)** comunicou que foi informada de  
155 que a Ministra Rosa Weber seria a relatora da ADI em questão. Em seguida, sugeriu  
156 entregar em mãos a nota do CNDH. Em seguida, a Coordenadora-Geral **Maria**  
157 **Gutenara (CNDH/SDH)** justificou a ausência do Ministro Pepe Vargas na reunião.  
158 Disse que sua presença estava garantida na manhã dos dois dias de reunião, mas que foi  
159 convidado recentemente para agenda no Congresso Nacional sobre a PEC 215. Logo,  
160 matéria muito importante de se fazer gestão contrária a ela, tendo o CNDH, inclusive, se  
161 manifestado publicamente nesse sentido. A conselheira **Helena Martins (Intervezes)**  
162 relatou sobre sua participação no evento de cinco anos da morte de Zé Maria do Tomé.  
163 Disse que participou, junto com a comunidade, de uma romaria em Limoeiro. Falou que  
164 foi uma semana inteira de atividades, tendo ela participado de alguns momentos. Além  
165 disso, esteve presente na Audiência Pública na assembleia legislativa, que discutiu o fim  
166 da pulverização aérea de agrotóxicos e o fim da isenção de impostos para os

167 agrotóxicos. A conselheira salientou que esse é um caso importante e o Conselho deve  
168 continuar acompanhando e continuar mantendo uma interlocução com as entidades  
169 locais. Com relação a esse tema a conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** informou que no  
170 ano de 2013 a Associação Nacional do Juiz do Trabalho, a ANAMATRA, premiou a  
171 reportagem “As viúvas do Veneno”, com o Prêmio Nacional de Direitos Humanos.  
172 Ainda sobre o assunto, **Everaldo Patriota (OAB)** informou que na Câmara houve a  
173 infeliz aprovação do fim da utilização do símbolo dos alimentos transgênicos nas  
174 embalagens. Finalizando os informes a conselheira **Ivana Farina (CNPQ)** informou  
175 que foi procurada no estado de Goiás pelo presidente do Movimento Nacional de  
176 População de Rua do estado, Eduardo de Matos, que solicitou a ela uma audiência,  
177 enquanto conselheira, com o pleito de que ela pudesse colaborar nos contatos que ele  
178 estaria fazendo na região para a estruturação do Movimento. A conselheira informou  
179 que se dispôs a apoiá-lo e que o encontro do Movimento em Goiânia, o Fala Rua,  
180 estaria previsto para o mês de maio de 2015. O Vice-Presidente **Cristian Ribas**  
181 **(Enegrecer)** encerrou o ponto de pauta sobre os informes e iniciou o segundo ponto de  
182 pauta da reunião sobre o Regimento Interno do CNDH. Informou que a comissão do  
183 regimento interno analisou os pontos destacados pela Assessoria Jurídica e fez algumas  
184 propostas que deveriam ser aprovadas pelo Plenário antes da minuta ser enviada para a  
185 publicação. O vice-presidente registrou a presença da Advogada da União e  
186 representante da Assessoria Jurídica da SH/PR, Aline Albuquerque, e em seguida  
187 passou a palavra para os membros da comissão do regimento interno. Os membros da  
188 comissão fizeram a leitura do texto da minuta do Regimento Interno passando por cada  
189 item que houve modificação e destaque, tanto de conteúdo como de texto. No decorrer  
190 da leitura alguns destaques e propostas foram inseridos ao texto. Ao final, se aprovou o  
191 texto construído pela comissão do regimento interno com as modificações e sugestões  
192 do Plenário que foi encaminhada à Assessoria Jurídica da SDH/PR para as alterações  
193 formais e posterior publicação. A versão aprovada pelo Plenário nessa reunião se  
194 encontra anexa a esta Ata. Por questão de ordem, o conselheiro **Darci Frigo (Dhesca**  
195 **Brasil)**, que havia solicitado a inversão de pauta sobre o GT Atingidos por Barragens,  
196 deu início ao relato informando que tinha dois pontos principais sobre esse ponto. O  
197 primeiro era sobre a última reunião do GT que tinha participado e, o segundo, sobre a  
198 um pedido do MAB, e também do Ministério Público Federal de Altamira, sobre a  
199 situação da remoção das famílias por conta da construção da hidrelétrica de Belo Monte.  
200 O conselheiro iniciou informando sobre sua participação na reunião do GT Atingidos  
201 por Barragens, que ocorreu no mês de abril de 2015. Relatou os trabalhos do GT e  
202 informou sobre o pedido do grupo de trabalho ao Conselho para que analisasse e  
203 aprovasse os relatórios específicos e pendentes já aprovados de hidrelétricas que o  
204 grupo monitora. O conselheiro sugeriu, e o Plenário aprovou, a análise dos relatórios na  
205 reunião de julho do CNDH. Em seguida, o conselheiro **Darci Frigo (Dhesca Brasil)**  
206 apresentou a carta do MAB, encaminhada ao Conselho, em que apresenta denúncia  
207 sobre remoções de famílias e a situação de outros atingidos pela Norte Energia.  
208 Cientificou que a construtora da hidrelétrica somente receberia licença para operação  
209 após a constatação de cumprimento das condicionantes por parte da empresa. Informou  
210 também que esteve em Curitiba e recebeu a visita da procuradora Thais Santi, que

211 apresentou a ele uma série de documentos, como os inquéritos e procedimentos que o  
212 MPF estaria fazendo no local. O conselheiro informou também sobre convite do MPF  
213 ao CNDH para participar de sua inspeção na área entre os dias 1º e 3 de junho. Em  
214 seguida sugeriu que o Conselho constituísse uma comissão, que poderia ser formada por  
215 parte do plenário e por parte do Grupo de Trabalho, para acompanhar as ações do MPF  
216 no local. O conselheiro **Luciano Mariz Maia (PGR)** salientou a importância do CNDH  
217 ir à Belo Monte, pois será a partir disso que o Conselho dará visibilidade às suas ações  
218 institucionais e visibilidade às vítimas dessa atuação. O conselheiro **Vladimir Lima**  
219 **(MJ)** disse que seria muito importante que o Conselho acompanhasse, quando houver,  
220 uma visita da ANEEL ao local da construção, no sentido de avaliar e acompanhar se as  
221 condicionantes estão sendo cumpridas. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)**  
222 reforçou a fala do conselheiro Luciano Mariz Maia. Disse que o Conselho precisa  
223 promover uma ação para dar visibilidade ao caso. Falou que seria fundamental que a  
224 comissão de Direitos Humanos da Câmara, do Senado e o Ministério da Justiça também  
225 participassem da vistoria junto com a ANEEL. Propôs que o Conselho preparasse uma  
226 nota prévia para ser levada à Presidência da República para dar conhecimento a sobre o  
227 que estaria acontecendo. Cientificou sobre uma portaria que existe no Ministério das  
228 Cidades, que foi fruto do CDDPH, que dispõe sobre moradia digna e grandes obras que  
229 afetam famílias no meio urbano, e sugeriu que essa portaria fosse resgatada. **Alexandre**  
230 **Ghisleni (MRE)** disse que concorda com a visita ao local junto com a ANEEL, porém,  
231 com a atual relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo não recomendaria  
232 uma visita conjunta entre o CNDH e as Comissões da Câmara e do Senado, pois isso  
233 poderia mudar o sentido da visita. Disse que esse tema já goza de uma alta visibilidade  
234 dentro do governo, então a questão não seria de aumentar a visibilidade, mas sim de  
235 verificar qual seria a melhor maneira de lidar com essa situação. O conselheiro **Adelar**  
236 **Cupsinski (CIMI)** informou que esteve na região de Altamira, por solicitação dos  
237 indígenas, durante uma manifestação dos indígenas e naquele momento já podia  
238 perceber um clima de perseguição às lideranças indígenas. Por fim, reforçou que a  
239 comissão deve fazer contato com os movimentos sociais de Altamira. A conselheira  
240 **Ivana Farina (CNPJ)** informou sobre ação passada do então CDDPH naquela região  
241 conhecida como Terra do Meio. Informou que para essa missão foi designado como  
242 relator o jornalista Leonardo Sakamoto. Nessa missão, os integrantes da comissão  
243 fizeram escutas da população ribeirinha e indígena. A conselheira comunicou que os  
244 relatos foram acolhidos e incluídos no primeiro trabalho do CDDPH e que o jornalista  
245 Sakamoto salientou que o Conselho deveria fazer um relatório emergencial sobre a  
246 questão Belo Monte. No entanto, a Ex-Ministra Maria do Rosário, na época presidente  
247 do CDDPH, encaminhou que aquele assunto não era temática daquela comissão. Por  
248 fim, a conselheira sugeriu que fosse feita uma memória histórica sobre o assunto e se  
249 comprometeu a entregar todos os documentos que possui sobre o tema aos conselheiros  
250 envolvidos no caso. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** ponderou que o que  
251 estaria acontecendo em Belo Monte já aconteceu também com todas hidrelétricas do  
252 Brasil. Falou sobre a Usina Hidrelétrica de Xingó e sobre suas condicionantes que não  
253 foram cumpridas. Por fim, concordou com a colocação do conselheiro Alexandre  
254 Ghisleni de não levar o caso ao Congresso Nacional. A conselheira **Maria Dirlene**

255 (RFNS) concordou que o Conselho deve pensar nesse problema da hidrelétrica de um  
256 modo mais amplo para que não trate de uma forma muito localizada, pois, de fato, isso  
257 estaria ocorrendo no Brasil inteiro. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** falou  
258 sobre a possibilidade de essas famílias irem morar na rua. Expressou seu apoio à missão  
259 e concordou com a fala da conselheira Maria Dirlene. Por fim, reforçou que é  
260 importante para o Conselho fazer essa visita, pois dará mais clareza e visibilidade às  
261 suas ações. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** expressou sua preocupação com  
262 relação à possibilidade de uma dispensa coletiva de trabalhadores das empreiteiras, pois,  
263 a partir disso, como o estado do Pará é uma das maiores fontes de trabalho escravo,  
264 poderá levar esses desempregados a uma situação de trabalho forçado nas fazendas da  
265 região. Salientou também a situação dos pescadores que não têm nenhuma qualificação  
266 e perderão sua profissão tradicional. Sugeriu que fosse feito um convite ao Procurador  
267 Chefe do Ministério do Trabalho e ao jornalista Leonardo Sakamoto para que também  
268 acompanhassem a missão. A Coordenadora-Geral **Maria Gutenara (CNDH/SDH)**  
269 comunicou que esse encaminhamento sobre a Usina de Belo Monte não partiu do Grupo  
270 de Trabalho, mas sim a partir de denúncia encaminhada pelo MAB. Informou que o GT  
271 teve conhecimento e oportunidade de atuar neste caso, mas decidiu não recepcionar o  
272 caso, pois ela estava fora de seu mandato. Após o debate e demais sugestões, o Plenário  
273 aprovou o encaminhamento sugerido pelo conselheiro **Darci Frigo (Plataforma**  
274 **Dhesca)** de se fazer inspeção com o MPF nas datas já agendadas. O plenário indicou  
275 para participarem da missão, a conselheira Dirlene Marques (RNFS), o conselheiro  
276 Darci Frigo (Plataforma Dhesca), um representante da SDH/PR ou MRE e dois  
277 membros do GT Atingidos por Barragens. Em seguida, o Vice-Presidente **Cristian**  
278 **Ribas (Enegrecer)** abriu o ponto de pauta sobre a reunião da comissão Manoel Mattos.  
279 A conselheira **Ivana Farina (CNPQ)** fez o relato sobre o julgamento do caso Manoel  
280 Mattos. Informou que dos cinco acusados, quatro estavam presos e desses quatro dois  
281 tiveram uma participação muito mais decisiva e intensa no crime. Um foi o mentor do  
282 crime e outro foi quem atirou e a pena foi de vinte e seis e vinte e cinco anos de  
283 condenação, respectivamente. Informou também sobre a réplica apresentada pelo MPF,  
284 que pediu absolvição de um dos acusados, pois as provas contra ele eram fráquíssimas e  
285 esse pedido foi acatado. Em seguida, solicitou com urgência uma reunião em Brasília da  
286 comissão Manoel Mattos, pois há desdobramentos a serem debatidos. A conselheira  
287 lembrou que a comissão foi mantida de forma provisória e pediu que participassem da  
288 reunião ela, Percílio de Souza Lima, além dos representantes da Dignitatis e da Justiça  
289 Global. Não havendo contestação, o encaminhamento da conselheira foi aprovado. Em  
290 seguida, o Vice-Presidente **Cristian Ribas (ENEGRECER)** abriu para as  
291 considerações e aprovação da nota sobre a ADI nº 5.296/2015. O conselheiro **Vladimir**  
292 **de Lima (MJ)** defendeu a ampliação e o fortalecimento da Defensoria, disse ser  
293 essencial para um estado democrático de direito. No entanto, quando a PEC importa em  
294 mudança orçamentária, como já é pacífico no STF, ela tem de ser iniciativa do  
295 Executivo, logo, segundo o conselheiro, esse é um debate formal e não um debate de  
296 mérito. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** salientou que se deve ter uma luta  
297 para que o Supremo afirme que a autonomia da Defensoria está conforme a constituição.  
298 Reforçou a entrega da nota à Ministra Rosa Weber. O conselheiro **Alexandre Ghislene**

299 (MRE) disse que essa nota não faz justiça ao fato de que o governo tem uma  
300 preocupação com a DPU. Então propôs que o Conselho fizesse ajustes no texto da nota.  
301 O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** divergiu da proposta do conselheiro  
302 Alexandre Ghislene e disse que o governo sempre se declarou favorável a autonomia da  
303 Defensoria Pública quando a EC nº 74/2013 foi levada ao Congresso. Falou que a  
304 questão de reduzir a nota para poder declarar que o Conselho e o governo são favoráveis  
305 a proposta de autonomia da Defensoria não resolve o problema concreto, que é uma  
306 ação questionando a própria autonomia. Salientou que a Defensoria não pode depender  
307 de uma rubrica do Ministério da Justiça, pois tem como função precípua atuar nos  
308 litígios contra o Estado. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** concordou com as  
309 colocações do conselheiro Claudionor Barros e sugeriu que no final da nota o Conselho  
310 pedisse a Ministra Rosa Weber que adote um posicionamento contrário a ADI. Após as  
311 colocações dos conselheiros e por haver muitas divergências com relação ao texto e a  
312 forma da nota, ficou acordado que as conselheiras Ivana Farina e Luciana Lóssio  
313 ficariam responsáveis em fazer as alterações no texto e apresentariam proposta no final  
314 do segundo dia de reunião. Em seguida, o Vice- Presidente **Cristian Ribas (Enegrecer)**  
315 deu por encerrado a plenária do primeiro dia da 5ª Reunião Ordinária do CNDH. O  
316 segundo dia de reunião foi aberto pelo Presidente interino do Conselho, **Ministro Pepe**  
317 **Vargas**. O Ministro justificou sua ausência no dia anterior, pois foi convidado ao  
318 Congresso a falar sobre a PEC 215/2000 sobre a demarcação de terras indígenas no  
319 Brasil e abriu para as apresentações dos conselheiros e presentes na Reunião. Após as  
320 apresentações, o Ministro ressaltou a importância do CNDH e a importância de sua  
321 institucionalização após passada a fase de transição. O Ministro lembrou que no dia  
322 anterior o Conselho tinha dado um passo importante com a aprovação de seu regimento  
323 interno. Falou da importância de se definir os fluxos de demandas e denúncias que  
324 chegam ao conselho e seu grau de celeridade, além de definir suas sanções e propôs a  
325 instalação de comissão responsável por essa tarefa. Falou também sobre a Conferência  
326 Nacional, disse que achou muito inovador fazer as conferências de forma conjunta e  
327 salientou que o tema precisa ser definido o mais rápido possível. O Ministro lembrou  
328 também que a SDH/PR está passando por um processo de planejamento estratégico e  
329 que alguns conselhos da Secretaria estão aproveitando o momento e a consultoria  
330 contratada para fazer o seu planejamento também. O Ministro ressaltou a conjuntura  
331 para os direitos humanos no país e deu vários exemplos de diferentes questões que estão  
332 em pauta, algumas, inclusive, retrocedem direitos. Após isso, o ministro abriu a palavra  
333 para os conselheiros e conselheiras participassem. O conselheiro **Everaldo Bezerra**  
334 **(OAB)** salientou que o futuro do Conselho depende muito do convencimento de quem  
335 ocupa a cadeira de presidente. Falou sobre a questão da viabilização de meios para o  
336 Conselho desenvolver suas atividades, pois se caso o que foi decidido no plenário não  
337 chegar a opinião pública continuará alheio e o não chegará a lugar nenhum,  
338 principalmente nesse momento em que o Brasil se encontra de recrudescimento. Por  
339 fim, o conselheiro expressou sua confiança ao ministro e ressaltou a importância da  
340 afirmação dos direitos humanos. A conselheira **Ivana Farina (CNPJ)** destacou que,  
341 para além de uma institucionalização o Conselho precisa concluir sua transição de  
342 CDDPH para CNDH. Reforçou sobre a celeridade dos temas e disse que o Conselho

343 não pode se limitar apenas em manifestações ou relatórios. A conselheira citou a ida do  
344 CNDH à Recife para acompanhar o júri Manoel Mattos, que foi o primeiro caso de  
345 Incidente de Deslocamento de Competência-IDC no Brasil, sendo isso um exemplo de  
346 que muitas causas que tramitam no Conselho não irão apenas ter um relatório e um fim,  
347 mas irão orientar políticas públicas e várias outras ações e isso requer um  
348 acompanhamento constante por parte do CNDH, por isso a conselheira concorda com a  
349 preocupação de como tramitar os fluxos das demandas. Acontece que os fluxos tem que  
350 tramitar primeiramente dentro do Conselho e depois tramitar perante os tribunais e  
351 nesse sentido, a conselheira salientou a importância do ministro, com a pasta que ocupa,  
352 ser um aliado. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA BRASIL)** deu as boas vindas ao  
353 ministro. Salientou que além de discutir as questões do CNDH, é fundamental que se  
354 discuta a relação do Conselho com a SDH/PR para saber exatamente o lugar que o  
355 Conselho vai ocupar no âmbito do governo brasileiro e para garantir que prevaleçam os  
356 direitos humanos. Colocou a necessidade de o Conselho ter um planejamento  
357 estratégico e ter visibilidade perante a sociedade e por isso concorda com o conselheiro  
358 Everaldo Patriota quando fala em garantia de meios para que o Conselho desenvolva  
359 suas atividades. Reforçou a questão da celeridade do CNDH, disse que isso é  
360 fundamental para que possa realmente dar resposta à sociedade. Por fim, o conselheiro  
361 solicitou que fosse apresentado ao Conselho o planejamento econômico da Secretaria  
362 com relação a gestão de direitos humanos. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)**  
363 reforçou sobre os pontos que estão em pauta no país, dentre elas, ressaltou a questão do  
364 sistema carcerário e a redução da maioria penal. Falou que o papel do Conselho  
365 diante desse desafio é atuar de uma forma mais integrada para evitar que esse retrocesso  
366 ocorra. Salientou que o Conselho também deve se engajar em pautas positivas, como é  
367 o exemplo do PL 4471 de 2012, que trata sobre os autos de resistência. Falou também  
368 sobre a PEC 215, disse que essa PEC revela o movimento de retrocesso e o Conselho  
369 tem com ela um desafio em que precisa mostrar o seu papel e a sua atuação  
370 governamental. A conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)** falou sobre a  
371 importância da conduta e atuação dos conselheiros nesse segundo momento do  
372 Conselho que é a construção do regimento interno e a organização da mesa diretora, que  
373 são momentos fundamentais para que se possa afirmar, de fato, qual será a característica  
374 do Conselho e qual será sua potencialidade de vir a ser uma instituição de direitos  
375 humanos. Disse que o debate da autonomia do CNDH é fundamental para o momento,  
376 em vista das violações de direitos humanos que vêm ocorrendo. Colocou as questões  
377 das políticas desenvolvimentistas que tem agredido os direitos humanos, sobretudo das  
378 populações tradicionais, que é o caso da Usina de Belo Monte, Tapajós. Salientou que o  
379 Conselho precisa trabalhar partindo de casos gerais, pois as violências que se têm visto  
380 são muito recorrentes, então, por exemplo, é preciso discutir não apenas um presídio  
381 específico, mas todo o sistema prisional. Concluindo, a conselheira sugeriu mais ações  
382 concretas de combate às violações de direitos na mídia e mais mecanismos de promoção  
383 de direitos nesse espaço. A conselheira **Maria Dirlene (RFNS)** por motivo de sua  
384 transição cientificou ao ministro sobre o atraso que o Conselho vem tendo em dar as  
385 respostas necessárias a sociedade sobre o momento que o Brasil vive. Em seguida,  
386 reforçou a questão da autonomia e disse que é fundamental que o Conselho consiga

387 construí-la, pois, do contrário, não será possível enfrentar as políticas que o governo  
388 tem colocado como é caso das hidrelétricas. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)**  
389 reforçou a questão da autonomia, inclusive, também para garantir a capacidade de  
390 intervenção do Conselho em temas específicos nas regiões, quando for o caso das  
391 visitas in loco e também dentro dos poderes constituídos. O conselheiro **Alexandre**  
392 **Ghislene (MRE)** acrescentou dentro das situações preocupantes colocadas no decorrer  
393 do diálogo a questão do trabalho escravo. Outro ponto também citado pelo conselheiro  
394 foi em relação a consolidação da institucionalização que o Conselho precisa alcançar.  
395 Afirmou que o Conselho é um local onde as pessoas podem olhar as possibilidades de  
396 atuação conjunta entre o governo e a sociedade civil, uma unidade que luta pelos  
397 direitos humanos. O Vice-Presidente **Cristian Ribas (ENEGRECER)** corroborou que  
398 a autonomia do Conselho é fundamental para a materialização de suas deliberações. O  
399 Vice-Presidente falou sobre a Conferência Nacional, disse que ela tem um papel muito  
400 importante em construir um espaço de participação social e também tem como objetivo  
401 inaugurar um novo período de articulação e política entre os organismos que  
402 participarão desse processo de conferência conjunta. Ressaltou ao ministro a questão  
403 sobre o extermínio de juventude negra e disse que há uma política que precisa ser  
404 fortalecida, que é o Juventude Viva. Falou sobre os autos de resistência, disse que esse é  
405 instituto garantidor dessa política contra o extermínio da juventude negra e informou  
406 que o CNDH foi um dos Conselhos que conseguiu, a partir de sua intervenção, junto à  
407 resolução nº 08 de 20 de dezembro de 2012, avançar na questão dos autos de  
408 resistência. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** falou sobre a questão do  
409 monitoramento das ações indicadas pelo Conselho e sua efetividade. Falou também  
410 sobre a dificuldade de presença da representação do poder legislativo no Conselho.  
411 Disse que esse momento de afirmação do CNDH é extremamente importante e relevante  
412 para o poder judiciário, principalmente por ser o órgão que tem menos diálogo com a  
413 sociedade. Com relação ao parlamento, sugeriu que a SDH/PR e o ministro fortalecesse  
414 o Conselho para trazê-los ao plenário. Outra questão que a conselheira salientou foi  
415 sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, disse que, nesse sentido, percebeu  
416 que a pauta do mundo do trabalho estaria distante no Conselho. Em seguida, sugeriu  
417 uma integração desse tema e disse ser muito importante trazer a CONATRAE para a  
418 Conferência Nacional, inclusive para tratar sobre a nova lei de migração e a questão do  
419 tráfico de pessoas para trabalho escravo. Por fim, reforçou o combate ao PL 4330 sobre  
420 a terceirização. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** reforçou a necessidade de o  
421 Conselho ser um ponto de partida para articulação, de fato, da agenda de direitos  
422 humanos, pois a impressão que se tem é de uma grande desarticulação e de que nada  
423 estaria sendo feito para a defesa dos direitos humanos. Sugeriu que o Conselho se  
424 agrupasse, ou seja, provocasse uma sinergia entorno de sua agenda positiva, inclusive  
425 para saber se os estados também irão contribuir com as ações de promoção e proteção  
426 aos direitos humanos, pois não seria possível o governo federal agir sozinho. Após as  
427 falas, o **Ministro Pepe Vargas (SDH/PR)** fez um breve discurso ressaltando várias  
428 falas dos conselheiros e conselheiras. Dentre as observações, salientou sobre o elevado  
429 número de violências na sociedade, seja contra LGBT, contra mulher, contra a  
430 juventude negra, entre outros. Disse que esse é um tema que exigirá um cuidado do

431 Conselho. Em relação á questão dos meios para o Conselho efetivar suas ações,  
432 ponderou que é essencial. No entanto, sabe-se que nunca temos as condições ideais para  
433 se fazer aquilo que é importante e necessário. Disse que em se tratando de governo,  
434 gerir é sempre gerir meios escassos, então, o ideal seria alocar devidamente esses meios  
435 e planejar bem seus deslocamentos e ações. Em seguida, falou que é fundamental que o  
436 Conselho estabeleça um planejamento estratégico para que se possa ter foco nas  
437 questões que o plenário entenda como prioridade. Por fim, o ministro reafirmou a  
438 proposta de se construir uma comissão que trabalhe para definir os fluxos das demandas  
439 do Conselho e salientou a definição do regimento interno para que se possa sair da  
440 provisoriedade da presidência, vice e mesa diretora. Em seguida o vice-presidente  
441 interino, **Cristian Ribas (ENEGRECER)** deu início ao ponto de pauta sobre a 12<sup>a</sup>  
442 Conferência Nacional dos Direitos Humanos e informou sobre a reunião da comissão  
443 organizadora dia 13 de maio de 2015. Relatou que Comissão discutiu sobre os  
444 objetivos, tema e regimento interno da 12<sup>a</sup> Conferência Nacional dos Direitos Humanos.  
445 A Coordenadora-Geral **Maria Gutenara (CNDH)** explicou brevemente sobre a  
446 consulta pública realizada pelo CNDH sobre o tema da Conferência. Cientificou que a  
447 consulta para angariar as sugestões esteve aberta até o dia 13 de maio de 2015. Disse  
448 que a pergunta foi aberta e que as inúmeras propostas que abordavam diferentes temas d  
449 direitos humanos. O Vice-Presidente **Cristian Ribas (ENEGRECER)** informou que a  
450 comissão refez uma discussão sobre a concepção da conferência a respeito da  
451 necessidade de que ela cumpra um papel importante com relação à mobilização de uma  
452 luta nacional em defesa dos direitos humanos e que essa mobilização esteja presente nas  
453 regiões, e, diante disso, a comissão entende ser inviável a realização da etapa nacional  
454 no mês de dezembro de 2015. Nesse sentido, a comissão fez uma discussão a partir de  
455 uma minuta de regimento e sugeriu propostas sobre os eixos de trabalho, em especial,  
456 ao calendário para realização das etapas municipais e estaduais. Em seguida, apresentou  
457 os temas que a Comissão trabalhou e levou como sugestão ao Conselho, 1- Democracia  
458 Justiça e Igualdade: Direitos Humanos são para Todas e Todos; e 2- Democracia e  
459 Participação Social, Justiça e Igualdade: Direitos Humanos são para Todas e Todos. Em  
460 seguida, abriu para manifestações. O conselheiro **Luciano Mariz Maia (PGR)** sugeriu  
461 que os Conselheiros trabalhassem com base no tema numero 2 por ser mais completo e  
462 englobar os temas do tema 1. A conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)** colocou  
463 que a presença no título da expressão *Participação Social*, constante no tema de nº 2, há  
464 uma carga de vinculação com o decreto sobre a participação social e com uma discussão  
465 já feita e, por isso, estaria evidenciando mais do que os outros títulos, como por  
466 exemplo, a Justiça, que é um fator fundamental a ser discutido. O conselheiro **Darci**  
467 **Friço (DHESCA BRASIL)** disse que entende que a Participação Social no título tem o  
468 propósito de ressaltar a questão da participação popular, contudo, disse ser problemático  
469 a sua colocação como está, pois pode dar impressão de que democracia e participação  
470 social estão separado. O conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** cientificou que a ideia  
471 de Participação Social teria partido dele e não via problema de o título sair do tema.  
472 Porém, acha que, sobre tudo, os militantes de direitos humanos sempre foram a favor,  
473 inclusive, do decreto sobre a participação social. Disse que se o Conselho pegasse o  
474 conjunto de informações que recebeu perceberia que as pessoas muito se manifestaram

475 com relação a esse título. Ressaltou que o intuito da frase é de mostrar o espírito da  
476 conferência. Por fim, salientou que o que realmente vai definir os temas são os eixos  
477 temáticos, pois esses sim são o centro e o cérebro da conferência. Sobre a questão da  
478 inclusão do título Participação Social no tema, a conselheira **Ivana Farina (CNP)**  
479 disse que não ver conflito com os demais títulos. Falou que esse tema da conferência é  
480 mais um nome fantasia e será a partir da definição dos eixos que o Conselho terá uma  
481 orientação para os debates. O **Ministro Pepe Vargas (SDH/PR)** salientou que ninguém  
482 ali estaria contra a participação social e o que a conselheira Helena Barreto estaria  
483 alertando é sobre a questão da evidência do título. Então, se caso o Conselho optasse  
484 pela proposta de nº 2, sugeriria que Democracia e Participação Social fossem separadas  
485 por uma vírgula, ficando: *Democracia, Participação Social, Justiça e Igualdade*. A  
486 conselheira **Vera Paiva (CFP)** sugeriu que a segunda frase, *Direitos Humanos são para*  
487 *Todas e Todos*, viesse antes dos demais títulos. Não havendo nenhuma divergência em  
488 relação à inversão do tema, foi aprovada a sugestão da conselheira. O conselheiro  
489 **Cristian Ribas (Enegrecer)** disse que visualiza na questão da Participação Social uma  
490 dimensão de fortalecimento dos conselhos estaduais e municipais de direitos humanos,  
491 mas isso estaria implícito dentro do tema. Após as discussões, debates e sugestões de  
492 texto, o Plenário chegou a duas possibilidades que foram debatidas e em seguida  
493 votadas, 1- *Direitos Humanos para Todas e Todos: Democracia, Justiça e Igualdade*;  
494 2- *Direitos Humanos para Todas e Todos: Democracia, Participação Social, Justiça e*  
495 *Igualdade*. O tema mais votado e escolhido para a 12ª Conferência Nacional dos  
496 Direitos Humanos pelo CNDH foi **Direitos Humanos para Todas e Todos:**  
497 **Democracia, Justiça e Igualdade**. Em seguida, o vice-presidente **Cristian Ribas**  
498 **(Enegrecer)** iniciou o debate sobre o adiamento da etapa nacional. Informou ao  
499 ministro que o Conselho tem levantado essa possibilidade de adiamento da conferência  
500 ao longo das reuniões ordinárias, porém, sem muito acordo, tendo isso levado o  
501 Conselho a uma situação de inviabilização de garantia das etapas municipais e estaduais  
502 para a Conferência Nacional. Nesse sentido, o Conselho chegou ao consenso de que é  
503 importante e necessário fazer o adiamento da etapa nacional. Por fim, falou que a  
504 proposta foi a seguinte, no ano corrente sejam realizadas as etapas municipais e  
505 estaduais e no início do ano de 2016 seja realizada a etapa nacional. O calendário  
506 aprovado pelo Conselho foi: *Conferências livres de 1º de julho a 30 de setembro*;  
507 *Conferências municipais de 1º de julho à 15 de setembro*; *Conferências estaduais e*  
508 *distrital de 10 de outubro à 13 de dezembro*. O **Ministro Pepe Vargas (SDH/PR)**  
509 concordou com o adiamento da Conferência Nacional e disse que, realmente, não vale a  
510 pena fazer a conferência por fazer, pois ela teria que ser feita com participação,  
511 mobilização e qualidade. Comunicou que a comissão da conferência da área de pessoas  
512 com deficiência informou a ele que estariam tendo dificuldades na organização e  
513 também estariam pensando em reorganizar o cronograma das conferências. Nesse caso,  
514 já seriam duas áreas a trazerem essas dificuldades, então, disse que acha perfeitamente  
515 possível que o Conselho dialogue com os outros conselhos para tentar garantir a  
516 realização das conferências municipais e estaduais para o ano corrente e adiar a etapa  
517 nacional para o início do ano 2016. Sugeriu o mês de abril de 2016. Por fim, o ministro  
518 salientou que o ano de 2016 será um ano eleitoral, tendo isso que ser levado em

519 consideração. Em seguida, o Ministro comunicou que teria que se ausentar da reunião  
520 naquele momento por motivo de agenda e pediu desculpa aos conselheiros ali presentes.  
521 **Cristian Ribas (Enegrecer)** perguntou ao plenário se havia alguma divergência com  
522 relação à proposta e a perspectiva do adiamento da conferência. Não havendo  
523 contestação sobre a proposta, o vice-presidente aprovou o encaminhamento.  
524 Posteriormente, solicitou que a Coordenadora- Geral Maria Gutenara fizesse a leitura da  
525 minuta do Regimento Interno da 12ª Conferência Nacional dos Direitos Humanos para  
526 que pudessem iniciar o debate. Anteriormente ao início da leitura, a Coordenadora-  
527 Geral **Maria Gutenara (CNDH)** informou que alguns pontos do Regimento impresso  
528 não estariam atualizados e comunicou que a comissão salientou que o Conselho não  
529 havia discutido sobre os objetivos da 12ª Conferência Nacional, que é o ponto principal,  
530 então apresentou as sugestões de objetivos discutidas pela Comissão., quais sejam,  
531 *Reafirmar e ampliar o compromisso do Estado e da sociedade brasileira com as*  
532 *políticas pública de promoção e defesa dos direitos humanos e de promoção da*  
533 *igualdade; Fortalecer a participação social na construção, implementação e*  
534 *monitoramento das políticas públicas de promoção e defesa dos direitos humanos,*  
535 *como fatores essenciais à democracia plena e ao desenvolvimento com justiça social no*  
536 *Brasil; Discutir, diagnosticar e propor ações para educação em direitos humanos*  
537 *visando uma cultura de paz; Propor mecanismos de fortalecimento das políticas*  
538 *públicas de promoção e defesa dos direitos humanos a partir sistema nacional de*  
539 *direitos humanos visando a afirmação e implementação do PNDH-3; Discutir,*  
540 *diagnosticar e propor estratégias de enfrentamento ao extermínio da juventude negra;*  
541 *Mídia e direitos humanos; Violência Institucional contra a população de rua.* Em  
542 seguida, iniciou-se o debate sobre os objetivos apresentados. O conselheiro **Adelar**  
543 **Cupsinski (CIMI)** sugeriu que dentro dos objetivos da conferência fosse incluída a  
544 questão da diversidade e da pluralidade, pois são princípios fundamentais da  
545 Constituição Federal e que fosse reforçada a questão das terras indígenas. O conselheiro  
546 **Darci Frigo (DHESCA BRASIL)** reforçou a implementação do PNDH-3 como  
547 objetivo principal, pois na forma como ele está colocado nos objetivos dar a entender  
548 que está fazendo parte de outro tema. Salientou que o Conselho deve pensar, realmente,  
549 quais são os grandes temas que irão mobilizar as pessoas. Com relação aos direitos  
550 econômicos, sociais, culturais, ponderou que o Conselho precisa verificar se irá colocá-  
551 los em sua integralidade, inclusive para deixá-lo mais claro. **Maria Dirlene (RFNS)**  
552 disse que o Conselho precisa rediscutir todos os temas para poder de fato saber o que  
553 seriam objetivos e o que seriam temas. Reforçou que os objetivos devem ter um sentido  
554 mais amplo. A conselheira **Vera Paiva (CFP)** concordou com a colocação do  
555 conselheiro Darci Frigo de que os direitos econômicos, sociais e culturais precisam ficar  
556 mais claros. Em seguida, salientou que não tiraria a visibilidade da população de rua no  
557 item que trata sobre violência institucional, pois este seria um dos grupos mais  
558 vulneráveis. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** concordou com a fala da  
559 conselheira Vera Paiva e reforçou que o Conselho deve, primeiramente, tratar o objetivo  
560 de uma forma geral e depois qualificar o grupo reforçando a temática da conferência. A  
561 conselheira **Silvana Abramo (CNJ)** sugeriu que fosse criado um inciso específico para  
562 valorizar os direitos econômicos, sociais e culturais. O Vice-presidente **Cristian Ribas**

563 **(Enegrecer)** sugeriu que os direitos econômicos, sociais e culturais fossem  
564 incorporados ao primeiro item apresentado. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)**  
565 discordou com a sugestão do Vice-Presidente e defendeu que esses títulos devem ficar  
566 em um inciso específico. Em seguida, o Vice-Presidente **Cristian Ribas**  
567 **(ENEGRECER)** deu a pausa para o almoço. Ao retornarem o Vice-Presidente  
568 informou que o conselheiro Leonardo Mendes do Conselho Nacional de Combate à  
569 Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis,  
570 Transexuais e Transgêneros–CNCD/LGBT se deslocou para Brasília para fazer o relato  
571 sobre o caso Verônica Bolina e para participar da discussão sobre o caso de violência  
572 contra professores e manifestantes em Curitiba. Por isso, propôs que o Conselho fizesse  
573 o debate sobre o caso naquele momento, pois a passagem aérea de volta dele estaria  
574 marcada para o fim da tarde. Informou também que a Secretária-executiva do CNPCT,  
575 Renata Studart, a conselheira do CNPCT, Jô Gamba e a Ouvidora Nacional da SDH/PR,  
576 Irina Bacci também iriam contribuir no debate sobre caso. O conselheiro **Alexandre**  
577 **Ghisleni (MRE)** comunicou que teria uma reunião naquele dia na parte da tarde e por  
578 isso propôs que a discussão da nota sobre a Defensoria Pública da União fosse feita  
579 antes das colocações sobre os casos ou na próxima reunião ordinária do Conselho, pois  
580 gostaria muito de participar do debate. As propostas foram submetidas à aprovação e o  
581 plenário decidiu em fazer os debates sobre os casos e ao final da reunião fazer a  
582 discussão sobre a nota. Em seguida, a Ouvidora Nacional da SDH/PR, **Irina Bacci**  
583 iniciou os relatos sobre o caso dos professores do Paraná. Informou que a Ouvidoria  
584 Nacional da SDH/PR estaria acompanhando o caso desde fevereiro de 2015, quando  
585 teve a primeira manifestação de greve, a ocupação da Assembleia Legislativa e a reação  
586 repressiva da Polícia Militar local. Disse que nessa época a Ouvidoria havia conseguido  
587 negociar com a Polícia do Paraná e com os Secretários de Segurança Pública um recuo  
588 das ações repressivas, possibilitando o estabelecimento um diálogo com o comando da  
589 greve, e, inclusive, essa ação da Ouvidoria possibilitou a retirada do projeto da Lei de  
590 Execução Penal pelo Governo, ficando isso adormecido até os fatos que ocorreram no  
591 mês de abril de 2015. Em abril a Ouvidoria começou a receber notificações da primeira  
592 ação de violência da polícia. A Ouvidora informou que mesmo o ato tendo sido  
593 notificado oficialmente e cumprido todos os prazos constitucionais, a polícia local  
594 impediu que o comando da greve instasse a estrutura para sua realização. No dia 27 de  
595 abril de 2015 houve mais uma reação repressiva e violenta da polícia e novamente a  
596 Ouvidoria da SDH/PR tentou uma mediação, porém, sem êxito, ocasionando  
597 consequentemente situações graves. E no dia 29 de abril de 2015 mais uma situação  
598 trágica, momento em que a Ouvidoria da SDH/PR acionou o Ministério da Justiça e a  
599 Secretaria Nacional de Segurança Público. O ministro da justiça e o ministro dos  
600 direitos humanos entraram em contato com o governador do Paraná, contudo, o  
601 governador não atendeu a solicitação de ambos. Em seguida, falou que a Ouvidoria da  
602 SDH/PR conseguiu conversar com a Ouvidoria do Ministério Público do Paraná e com  
603 o promotor responsável pela pauta de direitos humanos e teria feito seus apelos. Ao  
604 final do dia foi sabido que o Procurador Geral de Justiça e o Doutor Olympio, também  
605 procurador, conseguiram cessar a repressão policial naquele momento. Disse que,  
606 depois de todas essas ações a Ouvidoria esteve em uma audiência pública no Senado, e

607 entre essa audiência e o dia 29 de abril a ouvidoria recebeu 18 denúncias de cidadão  
608 comuns que tiveram seus direitos violados, tendo essas denúncias sido encaminhadas ao  
609 Ministério Público do Paraná, a Ouvidoria de Polícia, a Corregedoria da Policia Militar  
610 e Secretaria de Justiça Direitos Humanos de Cidadania do Paraná. Informou que nessa  
611 audiência pública a Ouvidoria da SDH/PR apresentou todos os dados que havia  
612 recebido e fez todas as ponderações. No mesmo dia a Ouvidoria embarcou para Curitiba  
613 para fazer a oitiva dos feridos na ação. Comunicou que o Ministério Público do Paraná  
614 editou a resolução 1715, que designou e delegou poderes ao Procurador Eliezer e ao  
615 Procurador Marcos Bittencourt e aos promotores Paulo Sérgio e Mauro Cirino para  
616 atuarem no procedimento destinado a responsabilização dos recentes fatos envolvendo  
617 policiais e manifestantes na Assembleia Legislativa e também editaram duas portarias,  
618 uma que instaura o procedimento preparatório de inquérito civil e a outra que instaura o  
619 procedimento investigatório criminal. Além disso, o Ministério Público do Paraná  
620 emitiu a recomendação nº 01 de 2015 no dia 29 de abril de 2015, na parte da manhã, a  
621 qual informa a desistência do habeas corpus que liberava a entrada de manifestantes  
622 durante a votação da ALEP, que orientava o uso do armamento não letal, inclusive  
623 citando a resolução nº 06 do antigo CDDPH. Informou que tiveram, também, uma  
624 reunião com a Defensoria Pública, a qual comunicou que entraria com uma ação civil  
625 pública e com o prefeito de Curitiba, para conseguirem relatos de atendimento feitos  
626 pelo SAMU, para que pudessem repassar os relatos ao Coletivo 29 de Abril. Disse que  
627 recebeu a informação de que o Coletivo 29 de Abril notificaria o estado brasileiro na  
628 Corte Interamericana de Direitos Humanos e comunicou que esse procedimento já foi  
629 repassado para a Assessoria Internacional da SDH/PR, que vai subsidiá-los na  
630 elaboração da petição inicial. A Ouvidora Nacional informou que esteve com o Andes,  
631 que é o sindicato das Universidades Estaduais do Paraná e com o APP, que é o sindicato  
632 dos Professores da Educação, aonde teve a informação de que vítimas ainda não  
633 haviam sido contatadas pelo Ministério Público, então foi passado o telefone da  
634 Professora Mery, que faz parte do Sindicato do Andes, para auxiliar que aqueles  
635 professores que não foram ouvidos pelo MP pudessem proceder o depoimento ao  
636 Ministério Público. Ademais, comunicou que a Ouvidoria Nacional da SDH/PR deu  
637 conhecimento ao Ministério Público da resposta do governador do Paraná com relação a  
638 resolução nº 06 do Conselho. Por fim, sugeriu que o Conselho encaminhasse algo  
639 parecido com o GT Crimes de Maio, que possa, com as narrativas já construídas pelo  
640 Coletivo 29 de Abril, dar subsídio as ações que serão impetradas pelo MP, pela  
641 Ouvidoria de Polícia e pela Defensoria Pública ou, até mesmo, implementar com outras  
642 ações de cunho próprio do CNDH. A conselheira **Darci Frigo (DHESCA BRASIL)**  
643 reafirmou o caráter massivo das violações dos direitos humanos ocorridas no Paraná e  
644 disse que a agressividade foi expressa. Falou que essas ações foram determinadas e  
645 planejadas pela autoridade maior do estado e comandada pelo secretário de segurança e  
646 pelo chefe da casa civil, inclusive, com a participação de todas as maiores autoridades  
647 dos três poderes do estado do Paraná. Relatou o desespero de crianças que estariam em  
648 uma creche próxima da manifestação, pois gases foram jogados e atingiram o local.  
649 Sugeriu que o Conselho debata e esclareça questões relacionadas a esse ataque e que  
650 faça uma audiência pública com a participação de órgãos do sistema de direitos humanos

651 do Paraná, possivelmente no dia 29 de maio de 2015. Acrescentando os relatos a  
652 conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)** informou que houve um envio de um  
653 pedido ao CNDH, elaborado por 15 entidades, que solicitava a criação de uma  
654 comissão. A Ouvidora Nacional da SDH/PR, **Irina Bacci** relatou o ataque do pitbull ao  
655 cinegrafista que estaria filmando a polícia legislativa tentando retirar os sindicalistas e  
656 deputados da Assembleia Legislativa que também foram mordidos. Disse que essa cena  
657 por si só dá uma condenação ao estado brasileiro e salientou que o Conselho precisa  
658 retomar e se debruçar sobre o tema dos armamentos não letais e o uso de cachorros em  
659 ações policiais. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** sugeriu que a 6ª Reunião  
660 Ordinária do CNDH fosse realizada em Curitiba, Paraná, com objetivo de ser fazer uma  
661 audiência pública sobre o caso da violência sofrida pelos professores. A Diretora de  
662 Direitos Humanos da SDH/PR e Presidente do Conselho LGBT, **Juliana Miranda**,  
663 comunicou que o Conselho LGBT quer se somar ao Conselho nas atuações e se  
664 disponibilizou a ir até Curitiba para desenvolver a missão. O vice-presidente **Cristian**  
665 **Ribas (ENEGECER)** registrou a presença do Presidente do Conselho Estadual de  
666 Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, Paulo Carbonari e a presença da conselheira  
667 do CNPCT, Jô Gamba. A conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)** salientou que  
668 o Conselho deve criar uma comissão para acompanhar permanentemente os fatos e  
669 reforço a proposta de fazer a 6ª Reunião Ordinária do Conselho em Curitiba. O  
670 conselheiro **Rildo Marques (MNDH)** sugeriu que, na reunião em Curitiba, o Conselho  
671 aproveitasse o ensejo e fizesse uma escuta dos movimentos da sociedade civil, com  
672 intuito de se inteirar do que estaria acontecendo no estado do Paraná com relação aos  
673 direitos humanos. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA BRASIL)** sugeriu que a  
674 audiência pública fosse feita no dia 11 de junho e a 6ª reunião ordinária dia 12 de junho,  
675 ou vice-versa. Sugeriu também que a comissão especial fosse composta por membros da  
676 comissão sobre violência policial, do Gt comunicadores e comissão dos direitos dos  
677 trabalhadores. O conselheiro **Leonildo Monteiro (MNPR)** informou o plenário sobre  
678 uma nota de repúdio elaborada para o Tribunal de Justiça, para o Legislativo e para o  
679 Governo do estado do Paraná e sugeriu que o Conselho ouvisse a sociedade civil  
680 integrantes do conselho estadual de direitos humanos do Paraná, com intuito de reforçar  
681 a luta de direitos humanos no estado. O conselheiro **Darci Frigo (DHESCA BRASIL)**  
682 informou que uma comissão dos sindicalistas e das organizações dos direitos humanos  
683 estiveram com o ministro e reforçaram a ideia de que ele, como ministro e presidente do  
684 CNDH, estivesse presente na audiência pública, tendo ele se comprometido a estar. A  
685 conselheira **Ivana Farina (CNPGE)** sugeriu que o Conselho reservasse um horário  
686 dentro da reunião ordinária para fazer a escuta dos movimentos sociais. A conselheira  
687 **Helena Barreto (INTERVOZES)** sugeriu que na manhã do dia 11 de junho 2015,  
688 quinta-feira, o Conselho já fizesse a escuta dos movimentos sociais e a tarde fizesse a  
689 audiência pública, posteriormente seguisse com a programação das outras pautas do  
690 Conselho até o dia seguinte. A Coordenadora-Geral **Maria Gutenara (CNDH/PR)**  
691 disse que acha prejudicial para o Conselho fazer a eleição da mesa diretora nessa  
692 reunião ordinária em Curitiba. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** disse que o  
693 Conselho deve fazer um esforço e salientou que acha importante a presença do ministro  
694 na audiência pública. O conselheiro **Adelar Cupsinski (CIMI)** comunicou que a

695 comissão de direitos humanos da Câmara fez contato e informou que tem interesse em  
696 participar da atividade no Paraná. Após os debates e sugestões a proposta da 6ª Reunião  
697 Ordinária do CNDH ser realizada em Curitiba foi aprovada, ficando deliberado para  
698 compor a comissão especial que acompanhará o caso das violências sofridas pelos  
699 professores os conselheiros, Darci Frigo, Wellington Pantaleão, Leonildo Monteiro e  
700 Ivana Farina. Em seguida, o Vice-Presidente **Cristian Ribas (ENEGRECER)** passou a  
701 palavra para o conselheiro do CNCD/LGBT, Leo Mendes, para que pudesse iniciar os  
702 relatos sobre o caso Verônica Bolina. **Léo Mendes (CNCD/LGBT)** relatou o caso da  
703 travesti Verônica Bolina ocorrido em São Paulo no mês de abril, onde ela foi colocada  
704 em situação desumana e degradante em virtude de sua identidade de gênero. Disse que  
705 ela foi revitimizada pela coordenadora estadual de LGBT do estado de São Paulo que  
706 fez uma gravação em que ela assumia que provocou a própria violência que sofreu e  
707 dizendo que não houve tortura por parte dos agentes. Citou os quatro principais artigos  
708 (artigos 2º, 3º, 5º e 8º) não obedecidos da resolução conjunta do CNCD/LGBT e  
709 CNPCP, que dispõe sobre LGBT's que se encontram em situação de privação de  
710 liberdade e ressaltou que o governo de São Paulo descumpriu essas normas, que se caso  
711 tivessem sido aplicadas evitariam esse episódio. Falou que, na visão do CNCD/LGBT, o  
712 CNDH é mais legítimo para cuidar desse caso, pois não especificamente de interesse da  
713 comunidade LGBT, mas sim de toda sociedade brasileira. Sugeriu que o Conselho  
714 remeta ao estado ou ao Ministério Público do estado de São Paulo um expediente para  
715 que cumpra essa resolução. A Ouvidora Nacional da SDH/PR, **Irina Bacci** reafirmou  
716 que houve tratamento degradante contra a travesti Verônica Bolina, não só pelos fatos  
717 relatos, mas também por tudo que consta no inquérito policial. Disse que não foi apenas  
718 um depoimento que a coordenadora colheu de Verônica, foram três depoimentos, onde,  
719 em tese, no primeiro ela dizia que estava enlouquecida quando foi presa, por isso  
720 mordeu a orelha do agente, no segundo depoimento a gravidade é que se escuta uma voz  
721 de fundo dizendo tudo que ela tinha que falar e ela repetia palavra por palavra, já no  
722 terceiro depoimento ela dizia que a coordenadora estava ajudando ela a fazer aquilo.  
723 Falou que logo depois de receber os relatos sobre o caso, foi verificado que a  
724 coordenação estadual de LGBT seria suspeita, então a Ouvidoria Nacional da SDH/PR  
725 acionou o Ministério Público, e enviou a eles as gravações indicando os relatos, a partir  
726 disso o MP entrevistou, e o promotor de justiça soltou uma nota dizendo que ela teria feito  
727 as gravações em troca da redução de sua pena. Informou que acionou também,  
728 imediatamente, o Comitê de Prevenção e Combate a Tortura. Avaliou que é importante  
729 frisar que Verônica Bolina estaria recolhida em um presídio e estaria completamente  
730 abandonada, pois a família não tem subsídios para fazer a visita e para mandar o que é  
731 de necessidade dela, como, sabonete, papel higiênico, pasta de dente que a unidade não  
732 estaria fornecendo. Por fim, salientou que o caso da senhora que havia disso agredida  
733 por Verônica também merecia atenção da SDH/PR e por isso a Ouvidoria Nacional  
734 solicitou à delegacia que remetesse informações sobre o estado de saúde dela e o  
735 primeiro relato que foi remetido é que ela estaria bem. A secretária-executiva do  
736 CNPCT/SDH/PR, **Renata Studart** relatou que uma das atribuições do Comitê foi a de  
737 acompanhar a tramitação dos processos de apuração administrativo e judicial. Informou  
738 que estariam trabalhando no caso e um dos encaminhamentos foi o de que o Comitê

739 havia feito um ofício ao Juiz corregedor do departamento dos inquéritos policiais,  
740 Doutor Antônio Maria Patino, do fórum da Barra Funda, solicitando que o CNPCT  
741 participasse da audiência com a Verônica Bolina, e assim foi feito. Disse que também  
742 foi remetido um ofício à corregedoria da polícia civil solicitando o acompanhamento  
743 das investigações e apurações dos responsáveis e para o Grupo do Controle Externo da  
744 Polícia do Ministério Público. Outro encaminhamento do Comitê foi o de encaminhar  
745 ofício ao governador do estado de São Paulo e ao Secretário de Segurança Pública  
746 relatando a gravidade das denúncias, a necessidade de apuração criteriosa e solicitando  
747 a devida responsabilização dos envolvidos, inclusive, os que foram omissos. Além  
748 disso, a Secretária informou que, o Comitê que atua em São Paulo estaria mantendo  
749 contato com o defensor do departamento de inquérito e com a defensora que acompanha  
750 o caso da Verônica no tribunal do júri e o Comitê colocou como encaminhamento a  
751 solicitação da vinda de um representante do estado de São Paulo do poder executivo e  
752 do Ministério Público para participarem da reunião ordinária do CNPCT/SDH/PR.  
753 Disse que depois que as ações forem desenvolvidas o CNPCT pretende elaborar um  
754 parecer que deixe claro a configuração de tortura, fazer uma reunião com o mecanismo  
755 para apresentá-lo e a partir disso criar uma estratégia de divulgação. Comunicou que o  
756 CNPCT/SDH teria acompanhado a audiência do dia 29 de abril de 2015 e a  
757 representante do IBC CRIM, Gorete, havia ficado responsável em enviar CD com todo  
758 o processo. Cientificou que o MP apresentou denúncia contra Verônica Bolina por  
759 tentativa de homicídio e o promotor pediu para instaurar um incidente de insanidade.  
760 No dia 13 de maio uma representante do CNPCT/SDH esteve em conversa com o  
761 promotor Antônio Benedito Ribeiro Pinto Junior que esteve acompanhando o caso no  
762 GECEP do Ministério Público e nessa conversa foi cientificado de que além do  
763 procedimento do processo no GECEP, haveria um processo de nº 276 de 2015 no  
764 departamento de inquéritos, e um processo de apuração administrativa preliminar nº 367  
765 de 2015 perante a corregedoria da polícia civil. A conselheira do CNPCT/SDH, **Jô**  
766 **Gamba** disse que o CNPCT/SDH estaria se empenhando no caso com a ajuda dos  
767 membros que moram em São Paulo. Salientou que em termos de mobilização política  
768 seria fundamental que houvesse uma articulação com os outros segmentos colegiados,  
769 como o Conselho, como o mecanismo de combate à tortura, como o conselho LGBT,  
770 para que possam efetivamente não permitir que essa violação seja destipificada para um  
771 crime de menor potencial que conseqüentemente não seria enfrentada a contento. Em  
772 seguida, reforçou a solicitação ao governo de São Paulo para que comparecesse a  
773 reunião ordinária do CNPCT/SDH com intuito de que repassasse informações concretas  
774 de como está o andamento da apuração e da responsabilização dos culpados. Por fim,  
775 reforçou o pedido aos conselheiros do CNDH para que não permitissem que o crime de  
776 tortura fosse destipificado e pediu que fizessem uma articulação política para isso, pois  
777 o CNPCT/LGBT conseguiria fazer essa mobilização sozinho. O conselheiro **Rildo**  
778 **Marques (MNDH)** salientou a necessidade da articulação do Sistema Nacional de  
779 Direitos Humanos e reforçou a fala das representantes do CNPCT e pela Ouvidora  
780 Nacional dos Direitos Humanos. Informou que o Conselho Estadual de Direitos  
781 Humanos de São Paulo iria discutir no dia 18 de maio de 2015 sobre o caso Verônica  
782 Bolina, pois o conselho consegue acessar algumas informações, sobretudo no caminho

783 de dizer ao governo do estado qual seria a política, como por exemplo, a questão trazida  
784 pelo conselheiro Léo Mendes, que foi a solicitação de adesão da resolução conjunta que  
785 dispõe sobre LGBT's que se encontram em situação de privação de liberdade. O  
786 conselheiro disse que a resolução vai ser encaminhada oficialmente ao governador para  
787 que solicite ao secretário de administração penitenciária que cumpra as regras  
788 constantes na resolução. Salientou que o estado de saúde mental de Verônica Bolina não  
789 estaria normal, tendo que o CNDH requerer um tratamento imediato a ela, pois não  
790 existe no presídio, inclusive cobrar essa atitude do estado de São Paulo. Por fim,  
791 reforçou a importância de outros conselhos se somarem a essa luta, como já é o caso da  
792 ABGLT e o ILUDE. O conselheiro **Carlos Magno (ABGLT)** disse que o Conselho só  
793 estaria discutindo o caso porque vasou uma foto na internet e deu visibilidade. Disse  
794 que várias travestis são maltratadas, assassinadas e a situação é naturalizada. Em  
795 seguida, parabenizou o trabalho da Ouvidora Nacional, Irina Bacci, e da conselheira, Jô  
796 Gamba. Reafirmou que, de fato, se trata de uma situação de tortura e se fosse um hétero,  
797 branco, com certeza, o tratamento seria diferente. Salientou que é necessário que as  
798 unidades penitenciárias tenham presídios específicos para travestis. Por fim,  
799 parabenizou também a SDH/PR e os movimentos sociais, reforçou que o Conselho não  
800 podia deixar que esse crime fosse destipificado e solicitou que fosse exigido do estado  
801 de São Paulo uma posição com relação aos culpados. A conselheira **Ivana Farina**  
802 **(CNPCT)** disse que para o governo de São Paulo acatar essas regras da resolução que  
803 dispõem sobre privação de liberdade da comunidade LGBT o Conselho precisaria  
804 indicar um conselheiro para levar essas recomendações em audiência com o Secretário  
805 de Segurança Pública, Alexandre Morais, e assim a secretária de segurança pública faria  
806 o chamamento do governo de São Paulo. Nesse mesmo sentido o conselheiro indicado  
807 pelo plenário acompanharia o inquérito da idosa e da Verônica Bolina. O conselheiro  
808 **Claudionor Barros (DPU)** questionou se os exames complementares sobre a saúde  
809 mental de Verônica Bolina já tinham sido feitos e se chegaram à Defensoria Pública.  
810 Outro questionamento do conselheiro foi se já havia sido feita uma ação com o pedido  
811 de indenização em face do estado. Com relação à primeira pergunta a Secretária-  
812 Executiva do CNPCT/SDH, **Renata Studart** disse que acreditava que esses exames não  
813 foram feitos. Com relação à segunda questão, falou que quando tiver todo processo em  
814 mãos poderia verificar se havia sido feito ou se iriam abrir esse pedido. O conselheiro  
815 **Vladimir de Lima (MJ)** ponderou ao plenário se o Conselho também precisaria atuar  
816 no caso, já que o CNPCT estaria fazendo uma atuação muito forte em relação a isso.  
817 Salientou que é uma energia que o Conselho não precisaria gastar, já que tinha muita  
818 demanda atender. A Secretária- Executiva do CNPCT/SDH, **Renata Studart** salientou  
819 que o CNDH tem peso e força para atuar no caso frente ao poder judiciário e por isso o  
820 CNPCT/SDH precisaria unir-se ao Conselho. O conselheiro **Wellington Pantaleão**  
821 **(SDH/PR)** ponderou que as relações do CNDH com outros temas precisariam ser  
822 regulamentadas. A Diretora de Direitos Humanos da SDH/PR e Presidente do Conselho  
823 LGBT **Juliana Miranda** comunicou ao Conselho que o gabinete do Ministro Pepe  
824 Vargas confirmou participação na reunião do dia 11 de junho de 2015. Após as  
825 apresentações e encaminhamentos sobre o caso, ficou deliberado que fosse montada  
826 uma comissão composta pelo CNDH, representado pelo conselheiro Rildo Marques,

827 pelo CNPCT, representado pela Conselheira, Jô Gamba e pelo CNCD/LGBT para que  
828 acompanhassem o caso. Foi encaminhado também o envio, para todos os estados, da  
829 resolução conjunta nº 01 do CNCD/LGBT e CNPCP. A respeito da missão que seria  
830 feita à UHE Belo Monte, em Altamira, a Diretora de Direitos Humanos da SDH/PR e  
831 Presidente do Conselho LGBT **Juliana Miranda**, pediu licença ao Conselho no intuito  
832 de fazer uma ponderação sobre a missão deliberada no dia anterior. Disse que a  
833 ponderação era no sentido de o Conselho avaliar a necessidade de convocar outros  
834 atores, como o MME, a Defensoria Pública da União, a própria Norte Energia e o  
835 IBAMA para que pudessem trazer subsídios e elementos qualificados sobre o episódio e  
836 sobre os demais atores que tem relação com as condicionantes, para que as ações do  
837 Conselho sejam mais qualificadas e ampliadas. A conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)**  
838 disse que acha muito pertinente a sugestão colocada. O conselheiro **Adelar Cupsinski**  
839 **(CIMI)** disse que mantinha a deliberação da reunião do dia anterior e acha muito  
840 precipitado voltar atrás sobre essa deliberação. O conselheiro **Vladimir de Lima (MJ)**  
841 disse que acha muito importante que o Conselho ouça previamente esses atores, até por  
842 que eles também estariam incidindo no processo. A conselheira **Helena Barreto**  
843 **(INTERVOZES)** falou que acha um constrangimento para o Conselho que deliberou  
844 sobre o caso no dia anterior depois de uma longa discussão e um longo resgate,  
845 inclusive de acúmulos do antigo CDDPH. Disse que não veria nenhum problema em  
846 fazer as escutas desses atores. No entanto, o Conselho deveria dar prioridade a essa  
847 missão, primeiro por já ter sido deliberada e, segundo, por sua urgência, dado que a  
848 população do local estaria absolutamente ameaçada. O conselheiro **Everaldo Patriota**  
849 **(OAB)** reforçou que se o Conselho deliberou em ir a Belo Monte no dia anterior e que  
850 deveria cumprir tal decisão. O Conselheiro **Wellington Pantaleão (SDH/PR)** justificou  
851 sua ausência na reunião do dia anterior. Disse que estava na Câmara dos Deputados no  
852 gabinete de um deputado do PMDB, por conta de um projeto de lei que visava deformar  
853 enormemente o Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas. Com relação a  
854 proposta trazida, falou que o Conselho deveria fazer esse processo de escuta dos órgãos  
855 de governo e também da Norte e Energia. O conselheiro **Pedro Saldanha (MRE)** disse  
856 que as propostas não são excludentes, inclusive, na esteira de que a ideia da missão não  
857 seria somente de acompanhar o Ministério Público Federal. Disse que a proposta trazida  
858 pela Diretora de Direitos Humanos da SDH/PR e Presidente do Conselho LGBT,  
859 Juliana Miranda, seria muito produtiva e válida. A Diretora de Direitos Humanos da  
860 SDH/PR e Presidente do Conselho LGBT, **Juliana Miranda** disse que respeita todas as  
861 decisões que foram tomadas pelo Conselho. Salientou que em nenhum momento teve a  
862 tentativa de constranger ou de reabrir a discussão, mas sim de trazer uma ponderação  
863 que pudesse acrescentar à deliberação do Conselho. O conselheiro **Darci Frigo**  
864 **(DHESCA BRASIL)** salientou que também mantém a posição deliberada pelo plenário  
865 no dia anterior e sugeriu que essa oitiva fosse feita depois da visita à Belo Monte. Após  
866 o debate os conselheiros reafirmaram a deliberação do dia anterior sobre caso, contudo,  
867 afirmaram que não tomariam nenhuma decisão sem ouvir todos os atores envolvidos.  
868 Em seguida, o vice-presidente **Cristian Ribas (ENEGRECER)** retomou o debate sobre  
869 os objetivos da conferência nacional. Visto que ainda havia mais três pontos de pauta  
870 para serem debatidos sugeriu que a Comissão Organizadora da 12ª Conferência

871 enviase até do dia 19 maio de 2015 sugestão de minuta de RI para todos os  
872 conselheiros e conselheiras e até o dia 22 de maio de 2015 os conselheiros  
873 encaminhassem via e-mail suas sugestões. Por fim, o vice-presidente se disponibilizou a  
874 ficar responsável pela sistematização do texto. O conselheiro **Leonildo Monteiro**  
875 **(MNPR)** colocou a necessidade de se discutir naquela reunião a pauta sobre a comissão  
876 da população de rua. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** propôs que a nota da  
877 Defensoria Pública e a questão da redução da maioria penal fossem discutidas pelo  
878 plenário naquele dia. Com relação ao encaminhamento do conselheiro Leonildo  
879 Monteiro, sugeriu que o ponto de pauta sobre as comissões fosse o primeiro a ser  
880 discutido na próxima reunião ordinária do CNDH. Em seguida, o conselheiro **Everaldo**  
881 **Patriota (OAB)** retomou o debate sobre a nota da Defensoria Pública União e fez a  
882 leitura da proposta de texto da conselheira Luciana Lóssio e sugeriu a sua aprovação. O  
883 conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** ponderou que a ADI não entra no mérito da  
884 autonomia da DPU, mas sim sobre a iniciativa da PEC, que deveria ser do Poder  
885 Executivo. Reforçou que o Conselho precisaria montar uma relatoria específica para  
886 adequar as ponderações que foram feitas com relação à nota e para discutir de forma  
887 mais aprofundada o fundamento da ação direta de inconstitucionalidade. Sugeriu que a  
888 DPU levasse ao Conselho outros fundamentos para que pudessem basear os argumentos  
889 de que estaria havendo de fato um sucateamento da Defensoria. O conselheiro alertou  
890 para o fato de que, futuramente o Conselho correr o risco de se contradizer, caso o  
891 Poder Executivo venha a entrar com ADI com os mesmos argumentos, mas sobre casos  
892 de direitos humanos, como em relação à PEC 215/2000. Avaliou que é legítimo que o  
893 CNDH reforce o papel institucional da Defensoria, mas insistir em um movimento que  
894 questione a ação direta de inconstitucionalidade poderia trazer questões futuras  
895 gravíssimas sobre aquilo que é essencial na defesa dos direitos humanos. Por fim,  
896 propôs que o Conselho rediscuta o encaminhamento da nota e a ida ao Supremo  
897 Tribunal Federal e pediu que sua manifestação e voto contrário à nota fossem  
898 registrados. O conselheiro **Claudionor Barros (DPU)** salientou que a Defensoria  
899 estaria lutando por sua autonomia, que diante dessa ADI somente poderia ser concedida  
900 por iniciativa do governo federal. Disse que a DPU tem função precípua de demandar e  
901 litigar contra o poder público em favor dos hipossuficientes, da população vulnerável,  
902 então não poderia estar à mercê de uma discussão orçamentária e dependendo de uma  
903 rubrica do Ministério da Justiça. Reforçou que Defensoria precisa ter liberdade de  
904 iniciativa e deixou claro que essa liberdade não a obstará de prestar contas do seu  
905 orçamento. Disse que não se furta de uma discussão mais aprofundada sobre os temas  
906 que foram colocados pelo Ministério da Justiça. No entanto, falou que se o Conselho  
907 transferisse a elaboração dessa nota política para outro momento pode ser que já não  
908 tenha mais eficácia e força. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** discordou que a  
909 manifestação contrária do Conselho poderia macular suas ações. Disse que se o  
910 Conselho não puder expressar sua opinião com receio de que algo futuramente aconteça  
911 poderá fechar para balanço. Em seguida, falou que manteria o encaminhamento de  
912 mandar a nota à Ministra Rosa Weber. A conselheira **Ivana Farina (CNPJ)** esclareceu  
913 que o que foi aprovado no Conselho foi de se manifestar com relação às prerrogativas  
914 atribuídos pela PEC à DPU, até porque o vício de origem poderia ter sido contestado no

915 parlamento. Citou algumas ações já feitas pelo então CDDPH contra PEC's, por  
916 exemplo, a PEC 37. Em seguida, lembrou que havia entrado em contato com o gabinete  
917 da Ministra Rosa Weber e foi informada de que ela só agenda às quartas e quintas-  
918 feiras, sendo assim estaria aguardado data. Cientificou ao conselheiro Gabriel Sampaio  
919 que o que seria apresentado à Ministra seria uma manifestação expressando  
920 preocupação de não enfraquecer um órgão que acabou de ser fortalecido por uma PEC.  
921 A conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)** disse que vê com preocupação a manifestação do  
922 Conselho em defender posições em um processo como o que estaria sendo apresentado.  
923 Diante disso, disse que guarda ressalvas, mas ficou vencida com o encaminhamento. A  
924 conselheira O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)** falou que o que estaria sendo  
925 protegido pelo Conselho seria a questão da competência e ressaltou que isso continuaria  
926 sendo um erro para o CNDH. Salientou que a ADI não protege a infalibilidade da  
927 Presidenta da República, mas sim dispõe para que seja respeitada a legitimidade  
928 constitucional da Presidência da República em proteger o processo legislativo não  
929 maculado. Disse que seria importante que o Conselho conhecesse a ADI. A conselheira  
930 **Luciana Lóssio (CNJ)** esclareceu que no texto estaria explícito que o Conselho tem  
931 conhecimento de que a ADI foi proposta por vício formal de iniciativa. O conselheiro  
932 **Claudionor Barros (DPU)** continuou a defender os pontos anteriormente colocados e  
933 ressaltou que o que não pode acontecer é que abstraia o mais importante, que é a  
934 possibilidade de autonomia da DPU. Após a apresentação dos argumentos, o vice-  
935 presidente **Cristian Ribas (Enegrecer)** propôs votação do texto da nota. Ficou  
936 aprovada por 9 (nove) votos à favor, 3 (três) contra e 1 (uma) abstenção. O  
937 encaminhamento é o de que a nota seja entregue à Ministra do STF Rosa Weber. Em  
938 seguida, o vice-presidente deu início ao ponto de pauta sobre a redução da maioria  
939 penal. Informou que ocorreu uma plenária contra a redução da maioria penal em que  
940 a Conselheira Maria Madalena participou. Pediu para que a conselheira encaminhasse o  
941 relato para a lista de e-mail dos conselheiros. Como proposta de encaminhamento, o  
942 vice-presidente solicitou que o Conselho oficialize sua entrada na frente nacional contra  
943 a redução da maioria penal. Propôs também uma reunião entre os conselheiros e a  
944 secretaria executiva do CONANDA, do CONJUV, do CNDH e do CNPIR para que  
945 pudessem debater sobre o tema. O conselheiro **Everaldo Patriota (OAB)** registou que  
946 o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil é contra a redução da  
947 maioria penal e informou que em uma audiência pública que houve na conferência  
948 internacional de direitos humanos em Belém/PA, Dalmo Dalari apresentou um parecer  
949 pela inconstitucionalidade do tema. A conselheira **Luciana Lóssio (CNJ)** também se  
950 posicionou contra a redução da maioria penal e cientificou sobre uma nota que ela  
951 havia encaminhado para os conselheiros. A conselheira **Helena Barreto**  
952 **(INTERVOZES)** comunicou que estaria participando da frente contra a redução da  
953 maioria penal do Ceará. Salientou que seria muito importante que o Conselho  
954 contribuísse na campanha que seria promovida pelo CONANDA. Sugeriu que o  
955 Conselho reforçasse esse tema em outra reunião, construísse debates públicos e  
956 trouxesse especialistas sobre o caso para poder dar mais visibilidade. Por fim, reforçou  
957 que o Conselho deve ser um promotor de ações, além de apoiar as ações de outros  
958 órgãos. A conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** ponderou que o Conselho deve participar

959 de todas as frentes contra a redução nos estados levando suas posições. O Conselheiro  
960 **Carlos Magno (ABGLT)** comunicou que dia 29 de maio de 2015 iria ocorrer uma  
961 caminhada em Brasília contra a redução. O conselheiro **Gabriel Sampaio (MJ)**  
962 informou que nas reuniões que estariam ocorrendo entre os conselhos teria sido debatida  
963 a realização de um dia nacional de lutas contra a redução, previsto para o dia 27 de maio  
964 de 2015. Disse que é fundamental que se tenha uma estratégia de mobilização social  
965 para poder adensar a pressão popular. A conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)**  
966 se colocou à disposição para fazer uma campanha do Conselho com alguns argumentos  
967 fundamentais para circular nas redes sociais. A conselheira **Silvana Abramo (CNJ)**  
968 sugeriu que os conselheiros e conselheiras, previamente, encaminhassem uma nota  
969 pública para a lista de e-mail, para que assim pudessem se apropriar e discutir sobre a  
970 proposta de nota. A conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)** sugeriu que fossem  
971 encaminhados aos conselheiros documentos que poderiam servir como subsídio para a  
972 elaboração de algum texto, por exemplo, decisões que Conselho já tenha tomado. A  
973 conselheira **Maria Dirlene (RNFS)** ponderou que a proposta de nota surge a partir de  
974 uma discussão feita no Conselho. Em seguida, o vice-presidente **Cristian Ribas**  
975 **(ENEGRECER)** retomou o encaminhamento sobre as comissões, feito pelo  
976 conselheiro Claudionor Barros, que foi a de realização das reuniões para as comissões  
977 de Povos Tradicionais; População de Rua e Segurança Alimentar para o final do mês de  
978 junho. Com relação às comissões a conselheira **Helena Barreto (INTERVOZES)**  
979 propôs que os assuntos fossem tratados via e-mail, inclusive, tentar articular as agendas  
980 das comissões. Em seguida, o vice-presidente **Cristian Ribas (ENEGRECER)** deu por  
981 encerrada a 5ª Reunião Ordinária do CNDH.